

**CONFLITO DE COMPETÊNCIA nº 163760 - SC (2019/0037883-6)**

**RELATORA : MIN. MARIA ISABEL GALLOTTI**

SUSCITANTE : ATI - COMERCIO E DISTRIBUIDORA DE ELETRONICOS  
LTDA - EM RECUPERAÇÃO JUDICIAL

SUSCITANTE : INVIO SAT ADMINISTRACAO E SERVICOS LTDA - EM  
RECUPERAÇÃO JUDICIAL

SUSCITANTE : INVIO SAT CONCORDIA MONITORAMENTO LTDA - EM  
RECUPERAÇÃO JUDICIAL

SUSCITANTE : INVIO SAT MONITORAMENTO EIRELI - EM RECUPERAÇÃO  
JUDICIAL

SUSCITANTE : INVIO SAT PARTICIPACOES LTDA - EM RECUPERAÇÃO  
JUDICIAL

SUSCITANTE : INVIO SAT SEGURANCA LTDA - EM RECUPERAÇÃO  
JUDICIAL

SUSCITANTE : INVIO SAT SERVICOS LTDA - EM RECUPERAÇÃO JUDICIAL

SUSCITANTE : LORENSETTI INVESTIMENTOS EIRELI - EM RECUPERAÇÃO  
JUDICIAL

SUSCITANTE : VALORSAT TRANSPORTE DE VALORES LTDA - EM  
RECUPERAÇÃO JUDICIAL

ADVOGADOS : CARLOS ALBERTO BRUSTOLIN - SC019433  
: GABRIEL LUCAS DE SOUZA - SC031869  
: TAIZE SAVI - SC044055

SUSCITADO : JUÍZO DE DIREITO DA 1A VARA CÍVEL DE CONCÓRDIA -  
SC

SUSCITADO : JUÍZO DA VARA ÚNICA DO TRABALHO DE CONCÓRDIA -  
SC

INTERES. : HILARIO STREY

ADVOGADO : JULIANO FERRAZ - SC030292

INTERES. : ATAIDES DA ROSA

ADVOGADO : ÂNGELO SACOMORI - SC003371

INTERES. : MAURICIO LUIS COLDEBELLA E OUTRO

ADVOGADO : ANETE ARACELI BATTISTELLA - SC025445

INTERES. : CRISTIANO LUIZ MALTAURO

ADVOGADOS : ANDRÉ LUÍS FACCIN COLOSSI - SC032816  
: MARCELO RIBEIRO DOS SANTOS - SC044308

INTERES. : MARLENE GALLAS RODRIGUES

ADVOGADO : GABRIEL DE OLIVEIRA DAL PIAZ - SC022429

INTERES. : RODRIGO DE SOUZA PINTO

ADVOGADOS : CLAUDIR GARBIM - SC022848  
: GUSTAVO MARTELLO GARBIM - SC029020  
: ESTEVAO GARBIM NETO - SC028271

**DECISÃO**

Trata-se de conflito de competência suscitado por Ati - Comércio e  
Distribuidora de Eletrônicos Ltda - em recuperação judicial, Inviosat Administração e

Serviços Ltda ME - em recuperação judicial, Inviosat Concórdia Monitoramento Ltda - em recuperação judicial, Inviosat Monitoramento Eireli - em recuperação judicial, Inviosat Participações Ltda - em recuperação judicial, Inviosat Segurança Ltda - em recuperação judicial, Inviosat Serviços Ltda - em recuperação judicial, Lorenssetti Investimentos Eireli - em recuperação judicial e Valorsat Transporte de Valores Ltda - em recuperação judicial, com pedido de liminar, em face do Juízo de Direito da 1ª Vara Cível de Concórdia/SC e do Juízo da Vara Única do Trabalho de Concórdia/SC.

Aduzem que o grupo econômico composto pelas suscitantes encontra-se em recuperação judicial, tendo sido deferida, em 11 de janeiro de 2019, a decisão interlocutória que deferiu o processamento do pedido.

Afirmam que tramitam, junto à Vara Única do Trabalho de Concórdia/SC, execuções trabalhistas, e que foi determinada a liberação dos valores bloqueados, bem como levantadas as penhoras realizadas, tendo o Juízo, contudo, indeferido o pedido de liberação dos valores depositados nas contas judiciais e determinada a sua liberação para os exequentes.

Pedem, assim, a concessão de liminar que determine a suspensão do processamento das execuções trabalhistas referentes aos processos relacionados nos autos, bem como a abstenção do Juízo do Trabalho de proceder a qualquer ato executório que atente contra o patrimônio da suscitante, inclusive a liberação dos depósitos judiciais.

Assim postos os fatos, verifico que a questão discutida nos autos já foi, reiteradamente, decidida por esta Corte que entendeu que, "com a edição da Lei 11.101/05, respeitadas as especificidades da falência e da recuperação judicial, é competente o juízo universal para prosseguimento dos atos de execução, tais como alienação de ativos e pagamento de credores, que envolvam créditos apurados em outros órgãos judiciais (...)" (CC 110941/SP, Rel. Ministra NANCY ANDRIGHI, Segunda Seção, DJe 1º/10/2010).

Tal entendimento tem como finalidade dar efetividade aos princípios norteadores do instituto da recuperação judicial, notadamente ao disposto no art. 47 da Lei nº 11.101/05, segundo o qual "a recuperação judicial tem por objetivo viabilizar a superação da situação de crise econômico-financeira do devedor, a fim de permitir a manutenção da fonte produtora, do emprego dos trabalhadores e dos interesses dos

credores, promovendo, assim, a preservação da empresa, sua função social e o estímulo à atividade econômica".

Desse modo, são, pois, incompatíveis com a recuperação judicial os atos de execução proferidos por outros órgãos judiciais de forma simultânea com o curso da recuperação ou da falência da empresa devedora.

Nesse sentido são, dentre outros, os seguintes acórdãos:

AGRAVO INTERNO NO CONFLITO POSITIVO DE COMPETÊNCIA SUSCITADO POR EMPRESA EM RECUPERAÇÃO JUDICIAL EM FACE DE JUÍZO DO TRABALHO. COMPETÊNCIA DO JUÍZO FALIMENTAR.

1. A execução individual trabalhista e a recuperação judicial apresentam nítida incompatibilidade concreta, porque uma não pode ser executada sem prejuízo da outra.
2. O Juízo universal é o competente para julgar as causas em que estejam envolvidos interesses e bens da empresa recuperanda, inclusive para o prosseguimento dos atos de execução, ainda que o crédito seja anterior ao deferimento da recuperação judicial, devendo, portanto, se submeter ao plano, sob pena de inviabilizar a recuperação. Precedentes do STJ.
3. Competência do Juízo de Direito da 1.<sup>a</sup> Vara Cível de Santa Helena de Goiás/GO, para o prosseguimentos de execuções trabalhistas.
4. Agravo interno desprovido.

(AgInt no CC 148.536/GO, Rel. Ministro MARCO BUZZI, SEGUNDA SEÇÃO, julgado em 08/03/2017, DJe 15/03/2017)

AGRAVO INTERNO NO CONFLITO DE COMPETÊNCIA. RECUPERAÇÃO JUDICIAL. EXECUÇÃO TRABALHISTA. PROSSEGUIMENTO. ATOS DE CONSTRIÇÃO. COMPETÊNCIA DO JUÍZO DA RECUPERAÇÃO JUDICIAL.

1. O tema não é novo nesta Corte, que já firmou entendimento no sentido de que, após o deferimento da recuperação judicial, é do Juízo de falências e recuperação judicial a competência para o prosseguimento dos atos de execução relacionados a reclamações trabalhistas movidas contra a empresa.
2. Nesses casos, a competência da Justiça do Trabalho se limita à apuração do respectivo crédito (processo de conhecimento), sendo vedada a prática, pelo citado Juízo, de qualquer ato que comprometa

o patrimônio da empresa em recuperação (procedimento de execução).

3. Agravo interno não provido.

(AgInt no CC 144.592/SP, Rel. Ministro RICARDO VILLAS BÔAS CUEVA, SEGUNDA SEÇÃO, julgado em 26/10/2016, DJe 03/11/2016)

CONFLITO DE COMPETÊNCIA. RECUPERAÇÃO JUDICIAL. EXECUÇÕES TRABALHISTAS. ATRATIVIDADE. LEI N. 11.101/05. INTERPRETAÇÃO SISTEMÁTICO-TELEOLÓGICA DOS SEUS DISPOSITIVOS. MANUTENÇÃO DA ATIVIDADE ECONÔMICA.

A manutenção de execuções trabalhistas individuais, aplicando-se isoladamente o disposto no art. 6º, §5º, da LF n. 11.101/05, afrontaria os princípios reitores da recuperação judicial.

Prevalência do princípio da preservação da empresa (art 47). Competência do juízo universal.

.....  
.....

(CC 111074/DF, rel. Ministro PAULO DE TARSO SANSEVERINO, Segunda Seção, DJe de 04/10/2010)

PROCESSUAL CIVIL. CONFLITO DE COMPETÊNCIA. AGRAVO REGIMENTAL. JUÍZO DE DIREITO E JUÍZO DO TRABALHO. RECUPERAÇÃO JUDICIAL. RECLAMAÇÃO TRABALHISTA. ATOS DE EXECUÇÃO. MONTANTE APURADO. SUJEIÇÃO AO JUÍZO RECUPERAÇÃO JUDICIAL. ART. 6º, § 4º, DA LEI N. 11.101/05. RETOMADA DAS EXECUÇÕES INDIVIDUAIS. AUSÊNCIA DE RAZOABILIDADE. COMPETÊNCIA DA JUSTIÇA ESTADUAL. DECISÃO AGRAVADA MANTIDA.

1. Com a edição da Lei n. 11.101, de 2005, respeitadas as especificidades da falência e da recuperação judicial, é competente o respectivo Juízo para prosseguimento dos atos de execução, tais como alienação de ativos e pagamento de credores, que envolvam créditos apurados em outros órgãos judiciais, inclusive trabalhistas, ainda que tenha ocorrido a constrição de bens do devedor.

2. Se, de um lado, há de se respeitar a exclusiva competência da Justiça laboral para solucionar questões atinentes à relação do trabalho (art. 114 da CF); por outro, não se pode perder de vista que, após a apuração do montante devido ao reclamante, processar-se-á no juízo da recuperação judicial a correspondente habilitação, ex vi dos princípios e normas legais que regem o plano de reorganização

da empresa recuperanda.

**3. A Segunda Seção do STJ tem entendimento jurisprudencial firmado no sentido de que, no estágio de recuperação judicial, não é razoável a retomada das execuções individuais após o simples decurso do prazo legal de 180 dias de que trata o art. 6º, § 4º, da Lei n. 11.101/05.**

4. Decisão agravada mantida por seus próprios fundamentos.

5. Agravo regimental desprovido.

(AgRg no CC 110287/SP, rel. Ministro JOÃO OTÁVIO DE NORONHA, Segunda Seção, DJe de 29/03/2010)

Verifico que, de fato, no presente caso, foi deferida a recuperação judicial das suscitantes pelo Juízo de Direito da 1ª Vara Cível de Concórdia/SC e que o Juízo da Vara Única do Trabalho de Concórdia/SC determinou a liberação dos valores referentes aos depósitos judiciais, o que, em princípio, é competência do Juízo da recuperação segundo decidiu esta Corte no seguinte precedente:

AGRAVO INTERNO NO CONFLITO DE COMPETÊNCIA. RECUPERAÇÃO JUDICIAL X EXECUÇÕES INDIVIDUAIS. LEI 11.101/05. INTERPRETAÇÃO SISTEMÁTICO-TELEOLÓGICA DOS SEUS DISPOSITIVOS. CRÉDITO TRABALHISTA CONSTITUÍDO APÓS O DEFERIMENTO DA RECUPERAÇÃO. LIQUIDAÇÃO E HABILITAÇÃO DO CRÉDITO. NATUREZA EXTRACONCURSAL. DELIBERAÇÃO ACERCA DE VALORES RETIDOS A TÍTULO DE DEPÓSITO RECURSAL EM RECLAMAÇÃO TRABALHISTA. COMPETÊNCIA DO JUÍZO DA RECUPERAÇÃO JUDICIAL. PRECEDENTES. MANUTENÇÃO DA DECISÃO AGRAVADA. AGRAVO INTERNO A QUE SE NEGA PROVIMENTO.

(AgInt no CC 152.280/GO, Rel. Ministro PAULO DE TARSO SANSEVERINO, SEGUNDA SEÇÃO, julgado em 08/08/2018, DJe 14/08/2018)

Em face do exposto, defiro a liminar, determinando o sobrestamento do levantamento do valor dos depósitos judiciais nas execuções trabalhistas referidas nos autos em curso perante o Juízo da Vara Única do Trabalho de Concórdia/SC, designando, conforme disposto no art. 955 do Código de Processo Civil, o Juízo de

Direito da 1ª Vara Cível de Concórdia/SC para resolver, em caráter provisório, as medidas urgentes.

Comunique-se o inteiro teor desta decisão aos Juízos suscitados, a quem devem ser solicitadas informações (art. 954 do Código de Processo Civil).

Em seguida, após recebidas as respostas, ouça-se o Ministério Público Federal.

Intimem-se.

Brasília (DF), 13 de fevereiro de 2019.

MINISTRA MARIA ISABEL GALLOTTI  
Relatora

